

Notas de corte, “fração niveladora”, desrespeito...

Cresce a indignação com arbitrariedades na progressão horizontal

Embora a Comissão Central de Avaliação Docente (CCAD) tenha desautorizado o emprego da “fração niveladora” nas avaliações para fins de progressão na carreira (*Informativo Adusp* 352), a Comissão de Avaliação Setorial (CAS) de Arquitetura, Urbanismo e Design resolveu adotá-la.

O agravante é que, no decorrer do processo, a comissão setorial mudou de ideia quanto à nota de corte. Após fixá-la em 5 para o nível Doutor 2; 6 para Associado 2; e 7 para Associado 3, e elaborar uma primeira relação de docentes aprovados, decidiu alterá-la para 7 em todos os níveis. Assim, na primeira lista foram rejeitados apenas dois dos 56 docentes inscritos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e no Instituto de Arquitetura de São Carlos, enquanto na segunda lista foram excluídos 21.

O mal-estar aumentou porque a Reitoria enviou a todos os aprovados da primeira lista uma mensagem de congratulações. Descoberto o engano, as mensagens foram removidas dos escaninhos dos do-

centes, à revelia deles. Posteriormente, o cerimonial do Gabinete do Reitor enviou mensagem eletrônica de esclarecimento aos docentes não aprovados, lamentando a correspondência equivocada e o “desconforto causado” pela situação.

O professor Bruno Padovano, vice-chefe do Departamento de Projeto e um dos prejudicados pela segunda nota de corte, respondeu ao cerimonial em termos corteses, mas deixou claro que o problema não reside no equívoco, mas sim, conforme discutido pelo Conselho do Departamento em 10/10, “no pedido da Reitoria aos nossos funcionários de remover dos escaninhos, sem a devida autorização dos docentes, uma correspondência oficial, assinada pelo Reitor e já entregue, o que foi considerado pelos presentes à reunião uma invasão de sua privacidade”.

Na mesma mensagem, enviada com cópias para o chefe do departamento e para o diretor da FAU, Padovano relatou que existe “muito ressentimento entre os



ASSEMBLEIA GERAL DA ADUSP
6/11, 3ª-feira, 17h,
Aud. Abraão de Moraes,
Instituto de Física

PAUTA:

- Informes
- Progressão Horizontal: avaliação e encaminhamentos
- Ação da URV

professores, pelo corte havido, em duas fases de avaliação, que atingiu quase 40% dos docentes que solicitaram a progressão, inclusive vários livre-docentes em RDIDP (como é o meu caso), após uma primeira avaliação pela unidade que os havia aprovado”.

O professor afirmou que a mudança da nota de corte, de 5 para 7, “colocou vários professores que haviam sido avaliados entre ‘bom’ e ‘muito bom’ abaixo da linha do

segundo corte”. E acrescentou: “Seria bom que o próprio reitor soubesse dessa situação, altamente constrangedora para vinte professores da escola”.

“Vestibular?” Outra docente prejudicada, que prefere não se identificar, questiona o fato de que os conceitos aplicados pelos pareceristas externos tenham sido convertidos, pelos membros da comissão setorial, em ►►►►

Mudança da Adusp

Em telefonema à Adusp, no dia 19/10, o professor Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete da Reitoria, informou que o espaço localizado no prédio da Prefeitura, que abrigará a nova sede da Adusp, já estava liberado, possibilitando dar início à reforma, visando a adequação do espaço às necessidades da entidade.

Assim, conforme acordado em reunião realizada em 30/8 com a Reitoria, estamos providenciando a mudança para uma sede provisória, localizada à Rua Ernani da Gama Correia, 498, Butantã, que deverá

ocorrer ainda nesta semana.

Ressaltamos que os atendimentos com a assessoria jurídica passarão a ser feitos na nova sede, a partir de 5/11.

É muito provável que tenhamos dificuldade para atender adequadamente aos associados durante o processo de mudança; em função disso, solicitamos que, se necessário, entrem em contato com a Adusp pelo telefone (11) 3813-5573, gravando sua mensagem, ou por e-mail (secretaria@adusp.org.br). Buscaremos responder o mais rapidamente possível.

Orientações da Assessoria Jurídica da Adusp para recurso relativo ao processo de progressão horizontal

1. O docente deve tentar protocolar em seu departamento ou unidade requerimento dirigido à CCAD e à CAS, por meio do qual solicita acesso a todos os pareceres (<http://goo.gl/tL59w>). Se o funcionário se recusar a receber o requerimento, solicite que o faça por escrito, explicitando o motivo de tal negativa.

2. Caso tenha conseguido protocolar o requerimento, aguarde a resposta, atentando sempre para o prazo de recurso, que é de 60 dias a partir da data de publicação do resultado no DOESP.

3. Se o protocolo do requerimento for negado ou o pedido não for atendido ou ainda as cópias dos pareceres não forem entregues no prazo de 5 dias, o docente deve solicitar o parecer circunstanciado pelo sistema CCAD.

4. Na hipótese do item 3, o docente se respaldará, para a elaboração do recurso, nas informações do parecer circunstanciado fornecido via sistema, ainda que insuficientes.

5. Em qualquer dos casos, sugerimos que nos pedidos de reconsideração conste a necessidade de a CCAD ouvir a “(...) Congregação da Unidade ou o Conselho Deliberativo do Museu ou Instituto Especializado (...)” em que estejam lotados, como determina o art. 4º, inciso VI, da Resolução USP 5927/11.

continuação da matéria de capa

Docentes do IME defendem que processos da primeira etapa sejam revistos

notas: “Os avaliadores não sabiam que, quando estavam dando o conceito ‘bom’, estavam dando nota 6. Isso foi definido pela CAS depois que eles entregaram suas avaliações. E até hoje não sabem disso”, declarou ao *Informativo Adusp*.

A comissão setorial converteu insuficiente em 2, regular em 4, bom em 6, muito bom em 8 e excelente em 10. As notas não correspondem aos conceitos, diz ela: “Em todas as universidades do mundo, regular significa nota 5 ou 6; bom, 7 ou 8; muito bom, 9. Como é possível um professor ser avaliado com muitos ‘bom’ e ‘muito bom’ e não ser contemplado com a progressão?” A professora critica o comportamento da comissão: “Por que a CAS insiste em definir notas de corte ou fração niveladora, como se estivéssemos fazendo um vestibular, em vez de avaliar se os professores merecem ou não uma progressão na carreira, de acordo com os conceitos dados pelos avaliadores?”

Consta expressamente dos critérios da CAS a orientação de que as tabelas que associam pesos às diferentes áreas de atuação (ensino, pesquisa, orientação, extensão e engajamento institucional) “são apenas referências para avaliação, observando-se que é impossível um docente exercer todas essas atividades de um modo simultâneo ou mesmo ao longo de sua carreira”, e que “não se espera pois que nenhum docente cumpra

todas as atividades listadas”. Na prática, porém, diz a professora, essa orientação foi ignorada, o que jogou para baixo a nota final de alguns solicitantes.

“De modo geral, as mudanças de regras e critérios comparativos para o estabelecimento da progressão horizontal têm afetado os docentes. É preciso entender que uma progressão horizontal não é um concurso público, que é concorrencial por natureza”, explica a advogada Lara Lorena Ferreira, da Assessoria Jurídica da Adusp. “O que deve ser observado é se o professor tem ou não mérito acadêmico para ser contemplado. Mas critérios têm sido aplicados de forma arbitrária aos professores”.

A Adusp tem sido procurada por muitos docentes que, insatisfeitos e indignados com o processo, reivindicam acesso aos pareceres, para subsidiar eventuais recursos (veja quadro com a orientação da Assessoria Jurídica, na página 1).

Procurado por correio eletrônico e por telefone, o presidente da CAS de Arquitetura, Urbanismo e Design, e chefe do Departamento de Projeto da FAU, professor Sílvio Soares Macedo, não respondeu às perguntas que lhe foram enviadas.

Rever processos. Documento aprovado pelo Conselho do Departamento de Matemática do IME tece críticas à metodologia empregada para a progressão pela

CAS de Matemática e Estatística e propõe modificações que “poderiam ser postas em prática no curto prazo e permitiriam uma desejável evolução no processo de progressão horizontal na carreira”, o qual “deverá ser revisto já em 2013, como a própria resolução 5.927 dispõe”.

O documento reitera que, apesar de a CCAD haver renegado suas “Diretrizes”, que indicavam que as Comissões de Avaliação Setorial deveriam aprovar um percentual pré-determinado de candidatos, “os procedimentos usados pelo CAS de Matemática e Estatística deixaram claro que, ao menos localmente, o espírito da fração niveladora foi executado”. Isso porque tanto o documento em que a comissão setorial descreve seus critérios, quanto o texto de introdução dos pareceres, “estabelecem que o critério de progressão não se baseia no mérito do solicitante em si”, mas no fato de ter sido melhor classificado que outros inscritos. Comparação essa que “contraria o disposto no artigo 13 da resolução 5.927”.

Sugere-se, assim, “que seja abolido o uso de critérios que implementem percentuais de aprovação, direta ou indiretamente, como notas de corte ou posição em listas classificatórias”, e que, além disso, “os processos da primeira etapa sejam revistos no sentido de promover todos aqueles que tiveram mérito acadêmico”.

Outra crítica é relativa ao “uso excessivo de indicadores numéricos”, que desvirtua a análise qualitativa dos memoriais. Os docentes apontam como alternativa ao processo “um julgamento global, fundamentado em análise do memorial, onde cada assessor indicaria ou não a promoção do solicitante”, e a progressão na carreira “se daria por maioria de indicações”.

Por fim, eles pedem transparência: “Sugerimos que os critérios de aprovação sejam claros e explícitos em sua completude, não permitindo alterações de julgamento posteriores aos pareceres dos assessores, como é o caso de notas de corte ou percentuais de aprovados. Além disso, os pareceres completos e detalhados devem ser disponibilizados eletronicamente aos solicitantes e não em uma versão resumida como foi feito na primeira etapa”.

Não custa lembrar que a lei prevê que os pareceres, por serem documentos públicos, devem ser fornecidos aos interessados. Não custa também ressaltar que, na assembleia da Adusp de 6/11, teremos uma boa oportunidade para partilhar com colegas de diferentes unidades nossas impressões sobre o atual sistema de avaliação por pareceres, retomando a discussão sobre sua adequação. Teremos também a chance de refletir, coletivamente, sobre todo o processo a que está sendo submetida uma grande parcela do corpo docente da USP.

Após consulta, Unifesp homologa Soraya como primeiro nome da lista para reitor(a)

Como parte do processo eleitoral de reitor e vice-reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o Conselho Universitário da instituição referendou a preferência da comunidade pela Chapa 3, “Unifesp Plural e Democrática”, manifestada por meio de consulta pública nos dias 16 e 17 de outubro. A decisão coloca em primeiro lugar na lista tríplice de candidatos a reitor ou reitora, encaminhada ao Ministério da Educação (MEC), o nome da professora Soraya Smaili, do Departamento de Farmacologia da Unifesp, que obteve na consulta 3.640 votos, 39% do total de votantes.

A lista tríplice encaminhada ao MEC inclui os candidatos a vice-reitor. Valéria Petri, como candidata a vice-reitora da chapa vitoriosa, encabeça a relação ao lado de Soraya.

Caso o MEC respeite a ordem da lista tríplice, acatando a vontade da comunidade da Unifesp, pela primeira vez na história dessa universidade a Reitoria ficará a cargo de uma mulher, e pela primeira vez não será um profissional da medicina. Soraya atua nas áreas de farmácia e bioquímica. “Não ser médica e ser mulher tem um significado que mostra um desejo de mudança dos grupos da universidade.

Mostra um desejo de mudança de estratégias que estavam há muito tempo administrando a universidade. Representamos um maior número de pessoas de diferentes áreas de conhecimento. Estamos representando também o movimento estudantil e os técnicos, que foram importantes no processo eleitoral”, diz a professora ao ser questionada sobre a quebra de paradigmas na disputa eleitoral. “Fizemos um processo eleitoral muito amplo e representativo. A pluralidade e a democracia venceram”, completa.

O professor José Luiz Gomes do Amaral, que obteve 30,43%

dos votos, é o segundo da lista, seguido pela professora Rosana Fiorini Puccini, com 28,81%. Soraya aponta perspectivas positivas, caso seja confirmada como reitora: “Nossa gestão será marcada pelo diálogo, pelas respostas concretas, aprimorando nossa capacidade institucional de planejamento e eficácia”, afirma no blog da Chapa 3. Os resultados das eleições na Unifesp foram expressivos. De um total de 18.164 eleitores, 7.085 votaram. O número representa 40% da comunidade. Foram às urnas 80% dos professores, 60% dos técnicos e 30% dos estudantes.

CNV requisita ao reitor dossiê sobre Ditadura e pede justiça para Ana Rosa

No dia 17/10, na Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp), por ocasião da cerimônia de assinatura de um termo de cooperação entre a Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi assinado um ofício cujo destinatário é o reitor Grandino Rodas, da USP. O documento, que traz as assinaturas de Rosa Maria Cardoso, integrante da CNV, e do deputado Adriano Diogo, presidente da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”, requer à Reitoria que tome as providências necessárias para que seja reparada a memória da professora Ana Rosa Kucinsky, demitida por “abandono de função” em 1975, quando já se encontrava assassinada por agentes do Exército (vide *Revista Adusp* 53, p. 51).

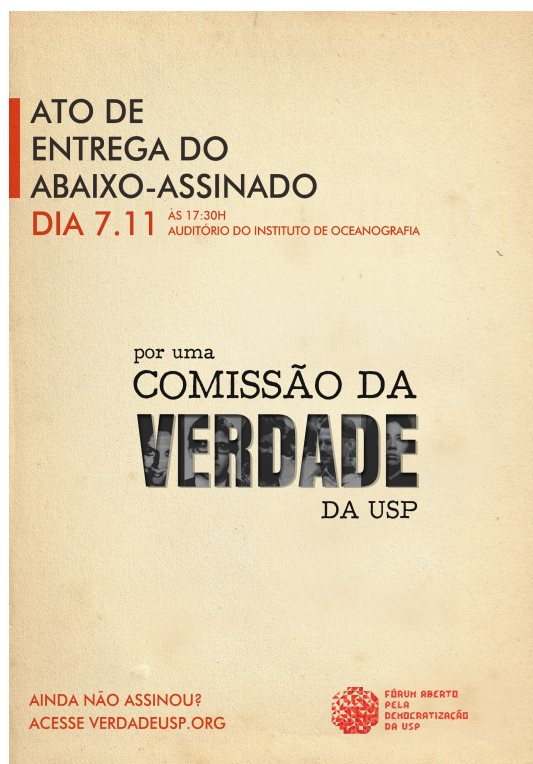
Não será o único pedido que Rodas terá de atender. A CNV enviou, recentemente, ofícios a 81 universidades públicas de todo o país, requisitando aos reitores que apresentem, em 60 dias, informações a respeito de professores e funcionários que tenham sido “cassados, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivação política”, no período de 1964 a 1985. A USP é uma das instituições convocadas pela CNV a prestar informações.

Convidada a se manifestar na cerimônia da Alesp, a professora Elisabetta Santoro lembrou que

nada menos do que 47 pessoas vinculadas à USP foram assassinadas pela repressão política, e que várias delas ainda se encontram desaparecidas. “Algumas, como a professora Ana Rosa Kucinski e o professor Vladimir Herzog, além de executadas por torturadores do DOI-CODI, tiveram a sua memória vilipendiada pela Universidade, e esse ultraje ainda não foi reparado”, disse a vice-presidente da Adusp. “Por isso, consideramos fundamental que seja também criada uma Comissão da Verdade da USP que possa ajudar a esclarecer esses fatos”.

No entender da CNV, a colaboração das universidades “será essencial para esclarecer e desvendar a perseguição sistemática sofrida por professores e servidores que tinham linhas de pesquisa ou pensamento político divergente do regime”. Cláudio Fonteles, coordenador *pro tempore* da CNV, explica: “Para podermos mensurar a repressão de que foi alvo o meio acadêmico é necessária a colaboração dos reitores para localizarmos documentos do período que ainda podem estar nos arquivos das universidades, que indiquem atos de arbítrio contra profes-

Compareça! Manifeste-se



res e funcionários”. Muitas das perseguições sofridas nas universidades ocorriam somente na esfera administrativa e tais arquivos podem ainda estar nas instituições de ensino.

UnB já apura! O ofício da CNV não contempla a requisição de informações sobre alunos que tenham sido perseguidos, torturados, mortos ou desaparecidos, “pois os casos dos estudantes serão apurados no bojo da investigação que visa esclarecer as cir-

cunstâncias das graves violações de direitos humanos ocorridas no período”.

Em 12/9, o Ministério da Educação (MEC) criou uma comissão incumbida de levantar os arquivos da Ditadura ainda existentes na pasta. Nas universidades, contudo, não se sabe de iniciativa semelhante, exceto na Universidade de Brasília (UnB), que criou a “Comissão Memória e Verdade Anísio Teixeira”, a qual já está em contato com a CNV, visando articular uma parceria.

A UnB foi ocupada pelo regime militar entre 1964 e 1985. Já em abril de 1964, 12 professores da UnB foram presos para interrogatório sob suspeita de “subversão e indisciplina”, e a Ditadura extinguiu o mandato do reitor Anísio Teixeira. Ele morreu em 1971, em acidente que está sendo investigado pela comissão da UnB.

No próximo dia 7/11, no campus do Butantã, em São Paulo, o Fórum Aberto pela Democratização da USP realizará ato público para marcar a entrega, à Reitoria, de abaixo-assinado que solicita ao Conselho Universitário (Co) a criação da Comissão da Verdade na instituição.

Solidariedade total aos Guarani-Kaiowá

A decisão da Justiça Federal de expulsar 120 indígenas da etnia guarani-kaiowá de suas terras, no município de Naviraí (MS), fez com que o grupo optasse pela “morte coletiva”, recusando-se, em carta de 8/10, a deixar o local quaisquer que sejam as consequências. “Como um povo nativo/indígena histórico, decidimos meramente em ser morto coletivamente aqui. Não temos outra opção, esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Naviraí”, diz o texto.

Além de evidenciar uma inversão total de valores quanto à responsabilidade da Justiça para

com os mais vulneráveis do ponto de vista social e jurídico, a postura desesperada da comunidade denuncia as pressões territoriais a que vêm sendo submetidos aqueles que realmente dependem sobretudo da terra para sobreviver. A Adusp repudia este posicionamento do judiciário brasileiro, manifesta seu apoio à permanência da comunidade Pyelito kue-Mbarakay em seu território, e exige que o Ministério Público Federal cumpra sua missão de proteger os indígenas, cujos direitos estão previstos no Capítulo VIII (“Dos Índios”), artigo 231, da Constituição Federal (vide <http://goo.gl/uvJPE>).

CCJC dá aval aos 10% do PIB para Educação

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, em 16/10, a redação final do PL 8.035/10 (Plano Nacional de Educação 2011-2020), que estabelece, entre outros aspectos, a destinação de 10% do PIB para a educação, em dez anos. O PL será, agora, submetido ao Senado Federal. Atualmente, segundo dados oficiais, apenas 5,1% do PIB são investidos na área.

O PL 8.035/10 foi aprovado em 26/6 por Comissão Especial. A proposta inicial do governo era de aumentar o investimento para apenas 7% do PIB em dez anos, porcentagem que o relator elevou para 8%. Naquele momento, a pressão dos movimentos sociais foi determinante para que, por acordo entre os membros da Comissão Especial, fosse fixado e aprovado o índice de 10%.

Em agosto último, o líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), tentou inutilmente que a proposta fosse avaliada em Plenário da Câmara, para retardar o envio ao Senado. A manobra protelatória fracassou, o projeto seguiu para a CCJC e foi aprovado sem alterações, em caráter conclusivo.

Por certo, será necessária nova pressão dos movimentos sociais, mas se a matéria não sofrer alterações no Senado poderá seguir diretamente para a sanção presidencial.

Intolerante, mídia “interdita o debate”

Fotos: Daniel Garcia

Cada vez mais intolerante, a mídia empresarial brasileira exerce seu poder para pautar na sociedade a sua própria agenda, ou, inversamente, bloquear o debate de determinados temas. Nesse sentido, seu discurso contra a censura e a regulação serve para censurar os que lhe são críticos.

Afirmações fortes, ouvidas na mesa redonda “Mídia brasileira: liberdade, democracia e confiabilidade da informação”, que a Adusp promoveu em 22/10 na Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Participaram os jornalistas Paulo Moreira Leite e Sérgio Lório e o sociólogo Silvio Caccia Bava. Moreira Leite foi correspondente em Paris e Washington e diretor da revista *Época*, onde atualmente é repórter especial. Lório é secretário de redação da revista *Carta Capital*. Caccia Bava é diretor do mensário *Le Monde Diplomatique Brasil*. O jornalista Pedro Pomar, editor da *Revista Adusp*, moderou o debate.

Lório atribuiu à “visão de mundo retrógrada” da mídia brasileira a responsabilidade pela interdição do debate político: “A maior parte dos meios de comunicação está estacionada, não ajuda o Brasil a se tornar uma sociedade mais complexa. Sem isso não seremos um país desenvolvido”. Ele enxerga “um certo cinismo da pluralidade e do apartidarismo”, pois “todos se declaram, unanimemente, órgãos de imprensa sem posição política, ‘a serviço do jornalismo’ pura e simplesmente, embora escurram claramente das páginas dos jornais suas posições”.

O jornalista de *Carta Capital* comentou o envolvimento da revista *Veja*, a mais influente do país, com o bicheiro Carlos Cachoeira, descoberto por investigações da Polícia Federal: “Isso não se resume a uma simples relação de repórter com uma fonte, porque os interesses do Cachoeira se coadunaram com os interesses da *Veja*, nunca a serviço da transparência e do bem geral”. A revista do grupo Abril publicou matérias pautadas pelo bicheiro, baseadas em informações por ele fornecidas, com a finalidade de derrubar altos funcionários do governo federal ou de obter outras vantagens.

Lório fez menção ao escândalo de escutas ilegais que abalou as publicações do magnata Rupert Murdoch: “Em outros países jornalistas vão depor em CPI. Na Inglaterra, Murdoch e jornalistas do seu grupo foram depor na CPI”. No

Brasil, os parlamentares preferiram não convocar Policarpo Jr., jornalista de *Veja* ligado a Cachoeira, ou Roberto Civita, dono da Abril.

“Aqui, qualquer crítica à mídia se transforma numa discussão sobre censura. O discurso da censura serve para censurar qualquer discussão a respeito disso. Você não pode discutir qualidade”, prosseguiu. Sempre corajosa quando se trata de investigar os governos aos quais faz oposição, a mídia é, contudo, leniente com os partidos aliados e com o “poder real”, econômico, “o poder privado, permanente, que historicamente mandou e manda”, com os grandes empresários, que ela se abstém de investigar.

Visões plurais. A limitação de informações sobre o que ocorre no exterior foi uma das motivações para o lançamento, há cinco anos, do *Le Monde Diplomatique Brasil*. Caccia Bava deu como exemplo o discurso que procura justificar os cortes nos gastos sociais da Grécia: “A Alemanha hoje está produzindo um juízo sobre os gregos de que eles são vagabundos. Na rua, os alemães estão dizendo: ‘Não podemos mais bancar o financiamento da Grécia porque os gregos não trabalham, eles vivem de benefícios’. É uma inverdade profunda, mas é a construção da lógica que justifica as políticas de espoliação dos direitos da sociedade grega”.

“Alguém ouviu falar da Alba, Aliança Bolivariana das Américas, nos nossos jornais? A Alba conseguiu erradicar o analfabetismo no Equador, na Bolívia, com o reconhecimento oficial da Unesco”, revelou. Ao passo que no Brasil, que não consegue explicar sua própria taxa de analfabetismo, não se dispõe de “nenhuma informação de que, para além de uma aliança comercial como é o Mercosul, é possível estabelecer outras formas de solidariedade, de cooperação internacional”.

Ainda segundo Caccia Bava, o noticiário brasileiro sobre as eleições na Venezuela dava a impressão de que o vencedor seria Capriles: “Toda a grande imprensa caminhava no sentido de dar sustentação a essa candidatura, e ‘descer o pau’ no bolivarianismo,



na figura do presidente Chávez. Nunca ouvi falar de um jornal discutir as políticas que estão sendo praticadas na Venezuela”.

Sobre o *Le Monde Diplomatique Brasil*, explicou: “Nosso interesse é trazer para o campo da discussão pública visões plurais, críticas, alternativas, para ir ajudando a recosturar um campo político popular e democrático, que está fragmentado. O que leva a uma pergunta: nós temos um projeto de desenvolvimento alternativo para o Brasil? Temos hoje uma esquerda à esquerda desse governo, que possa fazer uma crítica a essas políticas pelo lado da transformação social, da busca da equidade?”

Voltaire e limites. A propósito das recorrentes acusações da mídia aos regimes ditos populistas, repetidas por ocasião da recente assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), como observado pelo moderador no início do debate, Moreira Leite relatou que estava na Venezuela em 2006, como repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, quando o presidente Chávez anunciou que não renovaria a concessão da emissora RCTV, uma das que participaram do golpe de 2002 (e que continuava hostil ao governo). “A população estava pouco se lixando” para o fim da concessão, comentou. “Aqui era um escândalo, na Venezuela havia indiferença absoluta”.

O jornalista usou esse exemplo para apontar limites à liberdade de

expressão: “Voltaire é muito importante, vamos defender até a morte o direito de a pessoa dizer aquilo de que a gente discorda. Mas não é liberdade para calúnia, para errar o tempo inteiro, para mentir. Quando você faz isso e abusa, o povo não vai lhe defender”.

Por mais que se queira defender a liberdade de imprensa, acrescentou, “há momentos em que a população cobra os seus direitos”. Como em 1954, quando a população enfurecida com o suicídio de Vargas empastelou os jornais que lhe faziam oposição, inclusive os do Partido Comunista. “Nunca vai haver jornalistas acima do bem e do mal, eles sempre vão estar inseridos, assumindo posição, e terão de responder por ela”.

Moreira Leite acredita que a elite nacional tornou-se marcadamente reacionária: “A imprensa brasileira sempre foi conservadora, mas tinha alguma tolerância com o povo. Vários jornais apoiavam a reforma agrária. Havia um compromisso mais democrático, não era uma elite tão refratária à mudança”.

A realidade atual é outra: “Hoje no Brasil temos uma elite que não tolera a menor mudança. Não é o governo brasileiro que se parece com o da Venezuela, é a mídia brasileira que está ficando parecida com a mídia venezuelana. Está extremista, intolerante”, definiu. “Trocaram Hirschman por Hayek. Não querem mais saber do Keynes, nem do keynesianismo do Roberto Campos”.